Polonia

Estudios
Latinoamericanos

Sociedad Polaca de Estudios Latinoamericanos

ISSN 0137-3080

Original title / título original: *Alianças e facções. A organização política dos Kagwahiva da Amazonia*

Author(s)/ autor(es): *Edmundo Antonio Peggion*

Published originally as/ Publicado originalmente en:
Estudios Latinoamericanos, 23 (2003), pp. 109-120.

DOI: <https://doi.org/10.36447/Estudios2003.v23.art6>

Estudios Latinoamericanos is a journal published by the Polish Society for Latin American Studies (Polskie Towarzystwo Studiów Latinoamerykanistycznych).

The Polish Society for Latin American Studies is scholarly organization established to facilitate research on Latin America and to encourage and promote scientific and cultural cooperation between Poland and Latin America.

Estudios Latinoamericanos, revista publicada por la Sociedad Polaca de Estudios Latinoamericanos (Polskie Towarzystwo Studiów Latinoamerykanistycznych).

Sociedad Polaca de Estudios Latinoamericanos es una asociación científica fundada con el fin de desarrollar investigaciones científicas sobre América Latina y participar en la cooperación científica y cultural entre las sociedades de Polonia y América Latina.

Alianças e facções. A organização política dos Kagwahiva da Amazônia

Edmundo Antonio Peggion¹
Universidade de São Paulo

1. INTRODUÇÃO

Pretendo com este artigo uma análise das formas de organização Tenharim, um povo Tupi que vive na região sul do estado do Amazonas, no Brasil, com vistas a refletir sobre fenômenos recentes tais como o surgimento de novas lideranças e a organização do grupo em torno de uma Associação Indígena. A intenção é demonstrar a inevitável necessidade de compreensão da organização social deste povo como caminho para um entendimento mínimo das circunstâncias em que tem se dado os referidos fenômenos. Neste sentido, o texto que se segue apresenta uma visão panorâmica dos Tenharim, sua localização, atividades econômicas e população para em seguida fazer uma análise mais detida das questões que envolvem trocas matrimoniais, alianças e conflitos.

Novas lideranças como professores, agentes de saúde e pastores evangélicos são parte do panorama amazônico atual e instigam a reflexão antropológica. Uma visada superficial poderia apontar para conflitos, transformações e perdas devido ao contato,

1 Estudante de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de São Paulo – USP e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP.

mas minhas observações indicam um pleno funcionamento da organização social Tenharim. Em última instância, falar destes fenômenos é falar de parentesco.

2. OS TENHARIM DO RIO MARMELOS

Tenharim é o nome pelo qual é conhecido o povo indígena que vive no cruzamento entre a rodovia Transamazônica e o rio Marmelos um afluente do rio Madeira, na região sul do estado do Amazonas. A língua falada por este povo é definida como Kagwahiva, um sub-grupo da família Tupi-Guarani.

Os Tenharim são parte de um conjunto de povos que falam a mesma língua, possuem uma série de características culturais comuns e vivem em duas grandes regiões contíguas: o médio e o alto rio Madeira, entre os estados de Rondônia e Amazonas. Além dos Tenharim, vivem no médio rio Madeira os Jiahui (Diahui) e os Parintintin. Já na região do alto rio Madeira vivem os Uru-eu-wau-wau, os Amondawa, os Juma (transferidos da região Purus recentemente) e os Karipuna. Além dos povos referidos acima, há registros de prováveis falantes do Kagwahiva em pequenos grupos ainda não contatados. Todos estes povos formam o que foi definido nos registros documentais como os Cabaibas, que ocuparam as referidas regiões, vindos de uma migração do Alto Tapajós, acossados pelos seus inimigos tradicionais, os Munduruku, em período posterior a 1750 [Nimuendajú 1924; Lévi-Strauss 1958, 1988].

Os Kagwahiva, bem como os Tenharim, possuem um sistema de metades exogâmicas que os diferencia dos demais falantes do Tupi-Guarani. Essas metades são: *Mytu-Nangwera* e *Kwandu-Tarave*. Na primeira, a *Mytu* (também “mutum” em português, nome incorporado da língua geral²) associa-se a palavra *Nangwera*, que não se refere a nenhuma ave, significando, segundo os Kagwahiva, algo do passado. Na segunda, a *Kwandu* (que quer dizer “gavião-real”³) associa-se a palavra *Tarave* (que significa “maracanã”⁴).

Este sistema define as possibilidades matrimônias, pois um indivíduo de uma metade só pode casar-se na metade oposta. Um indivíduo quando nasce é incorporado ao clã de seu pai e só poderá casar-se no clã oposto. Só é possível o casamento na mesma metade entre indivíduos vivem longe. Neste caso, tudo se passa como se a distância geográfica provocasse uma distância genealógica, transformando o casamento proibido numa união possível.

Os Tenharim contam com uma população de 393 indivíduos divididos em seis aldeias localizadas à beira da BR-230, a Transamazônica (Censo de abril de 2002). Em 1994 eram 301 indivíduos em uma única aldeia e possuíam um sistema político estabelecido através

2 Ave cracídea (*Mitu mitu*)

3 *Harpia harpya*

4 Aves psitacíformes e psitacídeas

de cacique, vice-cacique e lideranças. Este sistema de lideranças não tem relação aparente com o sistema de metades exogâmicas, mas com a divisão do grupo em facções políticas. Com a fragmentação das aldeias, aumentou o número de líderes. Atualmente cada aldeia possui um cacique, um vice e alguns líderes.

Os conflitos atuais têm ocorrido no âmbito da representatividade e incidem justamente nas disputas interaldeãs. Alguns justificam que os benefícios vindos do exterior devem atingir um número equivalente de indivíduos de cada aldeia – população maior, maior quantidade de bens. Já outros acreditam que os bens devem ser proporcionais – divididos igualmente para cada aldeia. Embora pareça uma questão sem importância, este embate tem levado os Tenharim a grandes divisões internas e, conseqüentemente, tem enfraquecido o grupo nas negociações políticas com os não índios.

2.1 A POLÍTICA E A ECONOMIA

Os Tenharim dividem-se em grupos domésticos, que possuem idealmente um homem sênior, sua esposa, suas filhas e seus genros. Vários destes grupos domésticos conjugam-se espacialmente como segmentos residenciais que correspondem a unidades políticas. Em 1994, estes segmentos dividiam em três partes a aldeia Tenharim e de cada uma emergia vários líderes, que tomavam as decisões em conjunto com o chefe e o vice-chefe. Os grupos domésticos são uma das bases da autoridade nessa sociedade, pois o chefe é sempre um líder de um grupo destes. Essa liderança não se dá somente a partir de uma matriz da relação sogro/genro, mas se coloca também na forma de um indivíduo que estabelece suas relações através de alianças estratégicas [Overing Kaplan 1975:146].

Os Tenharim vivem da caça, da pesca, da coleta, do cultivo e da produção de farinha d'água, que é somente em parte consumida por eles próprios, visto que é comercializada com vistas à aquisição de produtos manufaturados. Exímios caçadores e pescadores, eles saem das aldeias praticamente todas as noites para caçar às proximidades das mesmas. Paca e queixada⁵ são animais mais freqüentemente mortos nas caçadas. Mas a caça preferida é a de anta⁶, que, segundo os Tenharim, é um animal difícil de se encontrar e que exige do caçador um grande conhecimento.

A pesca também é importante, tanto para os Parintintin [Nimuendajú 1924:250] quanto para os Tenharim do rio Marmelos [Menéndez, 1989:128]. Hoje, o território destes últimos abrange o rio Marmelos desde as suas cabeceiras, mas não atinge sua foz, sendo que os locais mais piscosos encontram-se justamente nessa região. Assim, é comum organizarem expedições de pesca para além do território demarcado, em dois grandes lagos localizados depois da cachoeira Pariká, no rio Marmelos.⁷

5 *Cuniculus paca* e *Tayassu pecari*.

6 *Tapirus terrestris*.

7 Essa região atualmente está em processo de identificação e delimitação pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

O calendário agrícola Tenharim inicia-se por volta de julho com a derrubada das árvores para a abertura da roça. Aproximadamente em setembro é feita a queimada e, em novembro e dezembro, começa o plantio [Menéndez 1989:124]. O principal produto cultivado é a mandioca para a produção de farinha, comercializada na região, seguida do milho para consumo próprio, banana e melancia.

Entre julho e agosto acontece uma grande festa denominada *Mboatawa*, também observada por Menéndez [1989:127] e que possui uma relação muito estreita com o grupo doméstico. Essa festa marca a entrada da estação seca, quando se inicia a derrubada da mata para o plantio. Nessa época, muitas famílias deixam a aldeia para viver temporariamente nas proximidades de seus roçados. É interessante notar que as novas aldeias que surgiram recentemente localizam-se nestes locais de habitação provisória.

Os grupos domésticos são constituídos de vários grupos familiares que trabalham principalmente na produção de farinha d'água para comercialização. O grupo familiar ocupa idealmente uma casa, sendo constituído por um homem, sua mulher e suas filhas e filhos solteiros ou separados, além de pais viúvos dos cônjuges. Responsável por pequenas atividades agrícolas, de pesca, caça e coleta de castanha e de vários tipos de palmeiras, o grupo familiar é englobado pelo grupo doméstico, unidade produtiva maior, que tem no sogro a figura focal [Menéndez 1989:125; Kracke 1978:33].

O chefe é sempre um sogro e define sua liderança como *-vagporavyky*, expressão glosada pelos próprios Tenharim como “aquele que faz mudar para cá e manda trabalhar”.⁸ Verifica-se ainda que um indivíduo pode trabalhar, ao mesmo tempo, na roça de seu sogro, na de seu pai ou em sua própria. Essas variações dependem de fatores como o prestígio do sogro ou do genro.

Alguns espaços são domínio exclusivo dos membros do grupo doméstico e geralmente, localizam-se próximos à casa do líder. Normalmente uma cozinha é utilizada por todos, bem como o forno de farinha, onde se processa a mandioca. Essa cozinha coletiva é um dos locais em que se desenrola a vida social do grupo doméstico [Menéndez 1989:102].

Cada grupo doméstico possui suas próprias roças, referidas como “sítios” [Menéndez, 1989:98], que se localizam às margens do rio Marmelos ou ao longo da Transamazônica para facilitar o escoamento da produção. Um indivíduo pode possuir sua própria roça, desde que reserve parte de seu tempo para trabalhar nas roças do grupo doméstico. As roças, com cerca de mil metros quadrados cada uma, estendem-se ao longo da rodovia Transamazônica por cerca de 20 km [Menéndez 1989:125].

Na aldeia, aparentemente nenhum grupo doméstico ultrapassa seus limites residenciais. Entretanto, observando-se os indivíduos que casaram recentemente e que

8 De acordo com Betts [1981]: *vag* “mudar para cá e para lá, trabalhar”; *-poravyky* “mandar trabalhar”.

ainda estão sob obrigações com seus sogros, os grupos entrecruzam-se e atravessam os limites referidos. Assim, suas fronteiras tanto geográficas quanto sociológicas são instáveis, como os *itso'fha* piaroa [Overing Kaplan 1975] e os aglomerados waimiri-atroari [Silva, 1993].

A organização política Kagwahiva caracteriza-se pelo fenômeno da dupla liderança. Existe sempre um cacique e um vice-cacique que transmitem suas posições para seus filhos [Kracke 1978]. Entretanto, em circunstâncias eventuais, há escolhas diferenciadas para conduzir os destinos do povo. Um fator determinante para que haja uma liderança efetiva liga-se ao fato de que o chefe é o fundador da aldeia.

2.2 REPRESENTAÇÃO E FACCIÓNALISMO

Uma das características fundamentais para se compreender a organização social Kagwahiva é a composição em torno de facções que disputam o poder e o prestígio político.⁹ Tal característica já havia sido notada na documentação histórica, que registrou a maneira como os Kagwahiva se relacionavam. Os grupos viviam em constantes ondas de conflitos e alianças que levavam, inclusive, ao surgimento de novas unidades a partir da fissão de um grupo. É possível observar esta característica nos Tenharim, onde novas aldeias estão em permanente formação, espalhadas pelo território demarcado. Se por um lado isto faz com haja uma permanente fiscalização dos limites, por outro pode gerar um afastamento do posto da FUNAI, que atualmente localiza-se em uma única aldeia. É perceptível a insatisfação dos atuais líderes, que querem postos indígenas em todas as aldeias. Observação semelhante é feita por Kracke [1996:8-9] com relação aos Parintintin:

“Esta ótica dos Parintintin, encapsulada nos mitos mais centrais, explica o aspecto aparentemente centrífugo da sociedade, com uma disposição pronunciada à fissão dos grupos, uma rivalidade mais ou menos intensa entre os grupos locais vizinhos (muitas vezes refletindo a origem dos dois grupos na fissão de um grupo antigo), e um forte pendor aos grupos se afastarem um do outro.”

Os Tenharim, em 1994, possuíam uma única aldeia, localizada no entroncamento na BR-230 com o rio Marmelos. Nesta época já eram perceptíveis algumas divisões, geograficamente marcadas pela estrada e pelo rio. Veja-se um registro de 1996:

“A população está politicamente dividida no interior do espaço aldeão em três segmentos residenciais que se localizam da seguinte forma: dois deles são separados entre si pela BR-230, e o terceiro situa-se à margem direita do rio Marmelos” [Peggion, 1996:12].

9 Para uma brilhante exposição sobre a chefia entre os povos Kagwahiva ver Kracke [1978].

Com o passar dos anos, as disputas internas recrudesceram, levando à fissão do grupo e ao surgimento de novas aldeias. Atualmente existem seis aldeias contabilizadas pelos Tenharim, sendo que uma delas divide-se em três segmentos residenciais.

Tais divisões, muitas vezes geradas pelo acesso a bens e produtos que chegam via FUNAI e Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, têm sido fator determinante da dinâmica social Tenharim. Entretanto, os bens e produtos têm apenas acirrado um fator característico da organização Kagwahiva. As divisões e o surgimento de novas aldeias é parte do sistema e, independente do que as provoca, sempre irá ocorrer.

Nos anos 1990, um fenômeno estimulado por agências financiadoras internacionais levou a população indígena de toda a Amazônia a fundar Associações Indígenas, com registro em cartório para poder receber recursos. Estas associações tornaram-se, em muitos casos, esteios políticos de relação com o exterior. Pautadas em processos políticos exógenos, surgiram a partir de Assembléias Gerais e eleições diretas, sempre com apoio de entidades governamentais, não-governamentais ou pesquisadores. Como havia a necessidade de certas especializações, o preenchimento dos cargos das Associações como diretores e tesoureiros ficou por conta de indivíduos que dominavam a escrita e a matemática. De qualquer modo, entre os Tenharim, os candidatos sempre foram escolhidos em Assembléia depois de arranjos políticos ligados ao parentesco e de consultas preliminares – e efetivamente decisivas – aos líderes de grupos domésticos. Ainda assim, começaram a surgir fortes disputas envolvendo líderes tradicionais como chefes e estas novas lideranças, que atuavam diretamente nas associações como presidentes e diretores.

Uma visada superficial nos traria elementos para afirmar que as conseqüências do contato levaram à desagregação social, com o surgimento de lideranças paralelas e disputas tidas como estranhas ao sistema tradicional. Mas a questão é mais complexa e aponta para estratégias seguras e bem traçadas de uma organização política em funcionamento. Além disso, as críticas internas mostram que as disputas são sempre por bens, poder e prestígio, cuja circulação e funcionamento só são compreensíveis através de análises de genealogias e relações de parentesco.

Sendo assim, as lideranças surgem da dinâmica do sistema tradicional. São lideranças novas e não novas lideranças. Professores, agentes de saúde, pastores evangélicos surgem e participam de complexas redes de parentesco, que envolvem prestígio e poder. Na medida em que os grupos se agregam em torno de algumas lideranças, conseqüentemente, haverá sempre um agente de saúde e um professor (em alguns casos também um pastor evangélico) para cada grupo. Dadas as características faccionais da sociedade, a ruptura leva à fundação de novas aldeias e novas aldeias precisam, necessariamente, de um atendimento dos referidos profissionais.

A consideração de dois eventos ocorridos durante a realização de minha pesquisa poderão ilustrar as observações contidas neste texto. Em 1994, realizei trabalho de campo entre os Tenharim do rio Marmelos. Quando cheguei na aldeia imediatamente houve uma reunião de lideranças para discutir como seria minha permanência no local e qual minha contrapartida pela pesquisa.

Acertou-se que eu deveria contribuir na luta pela demarcação das terras indígenas da região e colaborar na discussão em torno da fundação de uma Associação Indígena. Após alguns dias em campo fui chamado pelo cacique, que me comunicou que não havia necessidade de colaborar em torno da discussão da Associação Indígena. Meu trabalho de campo continuaria normalmente, contribuindo posteriormente apenas com reivindicação da regularização fundiária. Não havia, naquele momento, um interesse na constituição de uma Associação. Alguns anos mais tarde, em viagem pela região, fiquei sabendo da fundação da Associação Indígena Tenharim.

Posteriormente uma acirrada disputa na Associação levou os Tenharim a uma grande ruptura interna. O antigo chefe migrou com seu grupo para um local de habitação antiga e fundou lá uma nova aldeia. Em 2002 os Tenharim já contavam com as seis aldeias distribuídas ao longo da BR-230, Transamazônica. As disputas faccionais estavam explícitas e, dias antes de minha chegada, havia ocorrido uma Assembléia, que, à revelia do grupo dominante dissolveu a Associação Indígena.

No processo de revisão territorial ocorrido recentemente as facções exacerbaram suas diferenças, ocasionando um desacordo insolúvel num determinado local habitado por um fazendeiro. Tal impasse gerou uma crise interna grave que levará algum tempo para ser superada.

3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Quando das primeiras referências ao processo de contato efetivo dos Kagwahiva com a população regional, ocorrido no início do século XX, os Relatórios enviados ao Serviço de Proteção aos Índios – SPI só tratavam dos Parintintin. Após a constatação da diversidade cultural, os registros começaram a dar conta de grandes conflitos entre os povos da região.

José Garcia de Freitas, um dos auxiliares do SPI ficou encarregado, após a partida de Nimuendajú, de localizar e trazer para o contato os outros grupos Kagwahiva, considerados “arredios”. Com esse objetivo ele partia em expedições fartamente documentadas, procurando encontrar os outros povos que ainda resistiam à aproximação com os não-índios.

Numa destas buscas [Freitas 1930], encontrou um grupo chamado *Pa'in*, que aceitou conversar após alguns artifícios de Freitas. Os *Pa'in* diziam que faziam parte dos Jiahui, mas que haviam entrado em conflito com estes e estavam em fuga para não serem massacrados. Regozijaram-se com a proposta de Freitas de uma aliança contra os Jiahui

e prometeram aguardar o retorno da equipe do SPI para partir em busca de seus inimigos. Segundo Freitas [1930], esta foi a forma encontrada para impedir um novo conflito na região.

Anos antes, este mesmo auxiliar do SPI [Freitas1926] registrou que os diversos grupos falantes do Kagwahiva, apesar da proximidade cultural, eram todos inimigos entre si. Essa inimizade, entretanto, nunca foi algo estanque, mas parte do jogo das alianças. Um dos pontos-chave para compreensão desta questão está ligado à forma como se realizam os acordos matrimoniais entre os Kagwahiva.

Estudos recentes sobre esta temática apontam para a existência de alianças entre pequenas unidades matrimoniais que trocam entre si seus filhos [Kracke 1978, 1984; Menéndez 1989; Peggion 1996]. Os Kagwahiva realizam suas trocas matrimoniais através do casamento de primos cruzados, que resulta num sistema de parentesco semelhante ao que se convencionou chamar de dravidiano amazônico [Viveiros de Castro, 1993]. Apesar disso, há a convivência não conflituosa de um outro sistema matrimonial, qual seja, as metades exogâmicas. Em um estudo realizado em 1996 [Peggion 1996], pude constatar que há um funcionamento simultâneo entre estes dois sistemas, fato que poderia ser considerado anômalo, uma vez que metades exogâmicas e casamento de primos definem estilos matrimoniais distintos: o primeiro é sociocentrado e o segundo é egocentrado [Lévi-Strauss 1976b, 1989; Dumont 1975].

Um outro fator determinante para se compreender a organização social Kagwahiva e seu funcionamento atual diz respeito à economia. O casamento nestes povos implica num período de prestação de serviços ao sogro, que varia de cinco anos até a vida toda. A determinação do prazo está ligada ao prestígio envolvido na relação. Se o sogro é poderoso, o genro deverá trabalhar para o pai de sua esposa pela vida toda.

Entretanto, a própria caracterização desta relação é deveras difícil, pois muitas outras coisas estão envolvidas além do trabalho propriamente dito. Uma aliança de casamento é realizada quando há já um estreito relacionamento entre os pais dos cônjuges. Estes, embora façam parte de grupos domésticos distintos, são aliados políticos frente às diferentes facções. A aliança implica também numa aproximação política entre o pai da noiva e seu genro, que deve devotar seu apoio ao sogro. Entretanto, esse apoio do genro ao sogro não é do mesmo tipo daquele que ocorre entre seu pai e seu sogro. É um apoio que está ligado ao conjunto de obrigações inerentes ao casamento. Com o passar do tempo, quando os filhos de um indivíduo crescem, ele passa a constituir suas próprias alianças, não necessariamente correspondentes ou transmitidas pelos seus predecessores. Provavelmente este indivíduo fará o mesmo que seu pai, buscando como aliado um afim que pode estar distante das alianças anteriormente realizadas.

Neste sentido, podemos considerar que existem dois tipos de aliança entre os Kagwahiva: uma na mesma geração e outra intergeracional. A primeira está ligada a uma proximidade afetiva/política entre as partes envolvidas e a segunda a um conjunto de

direitos e obrigações. Há uma transição entre um tipo e outro e pode-se encontrar a ambos em qualquer momento que se chegue às aldeias. Quando há a necessidade de tomar alguma decisão que afete a comunidade como um todo, é possível notar o funcionamento das alianças, com os líderes acatando a opinião de seu grupo de aliados. Estes estão implicados, necessariamente, pelas relações matrimoniais.

Lévi-Strauss [1976a:324] já chamou a atenção para a a questão da representatividade e a concepção da decisão tomada pela participação coletiva. Alega o autor que, na quase totalidade das sociedades ditas “primitivas” é bastante surpreendente que “um voto decidido pela maioria seja inconcebível, preferindo-se a coesão social e o entendimento amigável no grupo ao invés de qualquer inovação”.

No caso Tenharim as longas discussões são travadas pelas lideranças, embora a comunidade não se furte de participar. Em 1994, quando havia uma única aldeia no rio Marmelos, o procedimento do líder principal era extremamente interessante. Sempre um dia antes de cada reunião marcada, o cacique transitava pela aldeia, visitando todos os grupos domésticos. Chamava a atenção vê-lo passar ao longe e somente no dia de uma reunião é que percebi que estava construindo uma trama, uma rede de consenso para sua aldeia. Na data marcada as decisões foram tomadas coletivamente de maneira tranqüila.

Já em 2002, em nova reunião que congregou as diversas aldeias, ocorreu exatamente o contrário. Muito embora haja uma convivência pacífica entre as diversas aldeias, as diferenças são cada vez maiores. Numa reunião para discutir a questão territorial, a disputa por uma decisão tornou a reunião interminável. As diferenças estavam localizadas justamente na relação entre as aldeias que já havia, cada uma, construído seu consenso anteriormente. As fortes disputas levaram, conseqüentemente, à falta de acordo.

A organização social Tenharim aponta, portanto, para uma imbricação entre a troca matrimonial, a economia e a política. Estes três pilares fundamentam as relações cotidianas, tornando a dinâmica social compreensível e evitando interpretações que se pautam na consideração exclusiva de elementos exógenos na diáspora Kagwahiva.

Por fim, considerando a existência do sistema de metades entre os Tenharim, é possível afirmar que este funciona de maneira semelhante. Mas há que se observar a diferença entre o casamento de primos, um sistema egocentrado, que permite o estabelecimento de relações entre pequenos grupos residenciais e as metades exogâmicas, um sistema sociocentrado, mais amplo e passível de considerações voltadas para a cosmologia.

Embora os Tenharim concebam seu dualismo como diametral e simétrico, há em seu sistema de metades um perpétuo desequilíbrio. A assimetria, ligada à relação desigual estabelecida entre as metades, é do mesmo tipo da encontrada nas outras instâncias da sociedade.

Do ponto de vista do sistema de parentesco os Tenharim apresentam um sistema dravidiano concêntrico, que opera através de um gradiente de distância sócio-política onde, no interior do grupo, a consangüinidade engloba a afinidade e, no exterior, a afinidade engloba a consangüinidade. Esse gradiente de distância é operativo também no sistema de metades, muito embora saibamos que, consangüíneo/afim são distinções matrimoniais e categoriais, que não envolvem nenhuma noção cultural de consangüinidade [Viveiros de Castro 1993:18]. Deste modo, ainda que os termos de uma e outra distinção não sejam plenamente coincidentes, o modo como a exogamia de metades incorpora a distância sócio-política é o mesmo em ambos os casos.

As metades, operando de forma concêntrica, conservam uma dicotomia interior/exterior, estabelecendo entre si uma relação assimétrica. Há um claro domínio da metade Mutum em todas as instâncias políticas da sociedade: grupos domésticos, lideranças, segmentos residenciais. No entanto, essa relação desigual não é explicitada, no discurso Tenharim, na forma de uma assimetria entre as metades.

Além disso, o sistema de metades tenharim apresenta ainda uma outra particularidade, uma vez que são duas metades que se dividem em três pássaros: Mutum de um lado e Taravé e Kwandu de outro. Da mesma forma, os Parintintin concebem seu sistema como duas metades: Mutum de um lado e Kwandu/ Gwyrai' gwara de outro [Kracke 1984:99-100]. A diferença reside em que, no caso Parintintin, há uma ideologia de metades encobrindo um sistema de três clãs exogâmicos. Entre os Tenharim do rio Marmelos, embora haja uma clara exogamia de metades, o concentrismo do sistema aponta para um possível triadismo aí implícito.

BIBLIOGRAFIA

- BETTS LaVera, 1981, *Dicionário Parintintin-Português Português-Parintintin*, Summer Institute of Linguistics, Brasília.
- DUMONT Louis, 1975, *Dravidien et Kariera: l'alliance de mariage dans l'Inde du Sud, et en Australie*, Mouton, Paris.
- FREITAS José Garcia, 1926, Os Índios Parintintin, em: *Journal de la Société des Américanistes*, 18.
- FREITAS José Garcia, 1930, Relatório encaminhado ao Diretor do SPI Sr. Dr. José Bezerra Cavalcanti, pelo inspetor Bento Pereira de Lemos referente às atividades da IR 1 no exercício de 1930 (filme 33, planilha 396, pp: 02-12), Museu do Índio, Rio de Janeiro.
- KRACKE Waud, 1978, *Force and Persuasion. Leadership in an Amazonian Society*, The University of Chicago Press, Chicago and London.
- KRACKE Waud, 1984, „Kagwahiv Moieties: form without function?“, em: Kenneth M. Kensinger, (ed.), *Marriage Practices in Lowland South America*, Ed. Urbana, University of Illinois Press, Chicago.
- KRACKE Waud, 1996. *A dinâmica e a psicodinâmica de uma sociedade em movimento ou Uma sociedade móvel cercada*. Trabalho apresentado na X Reunião da Associação Brasileira de Antropologia. Salvador (com colaboração de José Carlos Levinho).
- LÉVI-STRAUSS Claude, 1958, Documents Tupi-Kawahib em: *Miscellanea Paul Rivet*, octagenario dicata II. México, p. 323-338.

- LÉVI-STRAUSS Claude, 1976a, As descontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico, em: *Antropologia Estrutural II*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- LÉVI-STRAUSS Claude, 1976b, Sentido e uso da noção de modelo, em: *Antropologia Estrutural II*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- LÉVI-STRAUSS Claude, 1988, Tupi-Kawahib, *Tristes Trópicos*. Edições 70, Lisboa.
- LÉVI-STRAUSS Claude, 1989, As organizações dualistas existem?, em: *Antropologia Estrutural*, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.
- MENÉNDEZ Miguel, 1989, *Os Tenharim. Uma contribuição ao estudo dos Tupi Centrais*, Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH da Universidade de São Paulo - USP.
- NIMUENDAJÚ Curt, 1924, Os índios Parintintin do rio Madeira, em: *Journal de la Société des Américanistes*, XVI.
- OVERING KAPLAN Joanna, 1975, *The Piaroa. A people of the Orinoco Basin*. Oxford: Clarendon Press.
- PEGGION Edmundo A., 1996, *Forma e Função. Uma etnografia do sistema de parentesco Tenharim (Kagwahív, AM)*, Dissertação de mestrado, Campinas-SP, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
- SILVA Márcio, 1993, *Romance de Primas e Primos: uma etnografia do parentesco Waimiri-atroari*. Tese de Doutorado. UFRJ-Museu Nacional-PPGAS.
- VIVEIROS DE CASTRO Eduardo, 1993, Alguns aspectos da afinidade no dravidiano Amazônico, em: Eduardo Viveiros de Castro & Manuela Carneiro da Cunha (org.). *Amazônia. Etnologia e História Indígena*. São Paulo: NHII-USP/FAPESP.